

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025

**ENTRE GÊNERO E JUSTIÇA: A ATUAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL
FRENTE À RESPONSABILIZAÇÃO FEMININA PELO CUIDADO NOS
PROCESSOS JUDICIAIS**

Fernanda Frensch Bayer. Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)¹

Nas últimas décadas, a crescente judicialização das relações sociais no Brasil ampliou o papel do Poder Judiciário na mediação de conflitos, e o Serviço Social passou a atuar de forma destacada no sistema de justiça, especialmente nas varas de família e da infância e juventude, elaborando pareceres técnicos que subsidiam decisões judiciais. Esse contexto evidencia a expansão do campo profissional, mas também impõe desafios ético-políticos diante da reprodução de desigualdades estruturais. Dentre as diversas expressões dessas desigualdades, destaca-se a reprodução de estereótipos de gênero nas decisões judiciais, evidenciada na atribuição recorrente às mulheres da responsabilidade pelo cuidado de filhos, pessoas idosas ou em situação de dependência, mesmo diante de condições materiais e subjetivas desiguais. Essa prática judicial reforça papéis tradicionais, naturaliza a associação entre feminino e cuidado e invisibiliza a sobrecarga imposta às mulheres, perpetuando padrões patriarcais de organização social. Nesse contexto, esta pesquisa propõe uma reflexão sobre os desafios colocados à atuação do Serviço Social no sistema de justiça, considerando a importância de incorporar uma perspectiva crítica e feminista que confronte as hierarquias de gênero historicamente instituídas. O estudo foi elaborado a partir de revisão bibliográfica fundamentada em aportes teóricos dos estudos de gênero, como Saffioti (2013), Lugones (2008) e Federici (2019), e do Serviço Social,

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGDH (PUCPR). Especialista em Direitos Humanos pela PUCPR. Especialista em Demandas do Assistente Social nos Tribunais de Justiça (Esperançar/Unità). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: nandafbayer@gmail.com

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



como Cisne (2015), Gois e Oliveira (2019) e Acquaviva (2018), entre outros. O estudo mostra que, apesar dos avanços, decisões judiciais ainda reforçam estereótipos de gênero ao responsabilizar mulheres pelo cuidado, influenciadas por fatores como a pobreza, o racismo estrutural e o limitado acesso às políticas sociais, legitimando violações e opressões. Conclui-se pela necessidade do fortalecimento da atuação profissional crítica, articulada à adoção da perspectiva de gênero pelo sistema de justiça, a fim de desconstruir narrativas naturalizadas e ampliar a proteção social de maneira efetivamente comprometida com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Gênero; Serviço Social; Cuidado; Poder Judiciário.

Referências

ACQUAVIVA, Graziela. Relações de gênero, moralidades e violência doméstica e familiar. In: FÁVERO, Eunice T. (Org.) **Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização**. 1 ed. Eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GOIS, Dalva A.; OLIVEIRA, Rita C. S. **Serviço Social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 575-589, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200013>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.